



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECONOMIA

RICARDO ALEXANDRE LIMA

**ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DA BIBLIOTECONOMIA A PARTIR DA
TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO**

João Pessoa

2017

RICARDO ALEXANDRE LIMA

**ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DA BIBLIOTECONOMIA A PARTIR DA
TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Profª. Drª Rosa Zuleide de
Lima Brito

JOÃO PESSOA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732e Lima, Ricardo Alexandre.

Estudo de revisão de literatura da biblioteconomia a partir da teoria da classificação / Ricardo Alexandre Lima. – João Pessoa, 2018.
49f.

Orientador(a): Profº Dr.º Rosa Zuleide de Lima Brito.
Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Biblioteconomia. 2. Teoria do Conhecimento. 3. Teoria da Classificação. 4. Sistemas de classificação. 5. Linguagem documentária. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:02(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

RICARDO ALEXANDRE LIMA

**ESTUDO DE REVISÃO DE LITERATURA DA BIBLIOTECONOMIA A PARTIR DA
TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel.

Aprovado em: 04 / 12 /2017.

BANCA EXAMINADORA

Rosa Zuleide Lima de Brito
Profº. Drº Rosa Zuleide de Lima Brito (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Rosilene Agapito da Silva Llarena
Profº. Drº Rosilene Agapito da Silva Llarena
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Profº. Ms. Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico a minha querida vó, Dona Sebastiana.

In memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo e por que só ele é digno de toda honra e toda Glória.

Agradecimento MUITO, MUITO ESPECIAL a minha amada vó que muito fez por mim, por seu amor carinho e dedicação, me amou como se eu fosse filho. Essa é pra senhora, e estou fazendo o que me pediu “continue remando, porque se não o barco afunda” e aqui estou no meio do oceano, mas ainda sim, remando!!! Que Deus lhe guarde.

Agradecimento MUITO especial a Kelly minha esposa, presente de Deus em minha vida, por sempre me incentivar a continuar lutando. Te amo meu amor!!!

A minha mãe Maria da Luz, aos meus irmãos que estão em Brasília, e que torcem por mim.

Ao meu sogro Jose Cordeiro, minha sogra dona Luzinete, por tudo o que fazem por mim. Obrigado.

A minha querida Profª Rosa, que tem um coração do tamanho do mundo e sempre com seu jeito calmo e amável, por nossas conversas e por nossa luta para manter o nosso curso vivo! Obrigado.

A todos os professores do curso de Biblioteconomia, com suas contribuições que mudaram a minha vida,toda minha gratidão.

Agradeço a Dona Nazaré onde fiz meu primeiro estágio, Gracilede na UniMed, aos colegas que fiz na Biblioteca da Central da UFPB. Meu muito obrigado!

Agradeço a Anna Carolina, Silvana Vilar, Maria Cristina, por darem as mãos comigo na luta pelo nosso curso. Obrigado, vocês são demais e tenho muita estima por todas.

A meu amigo Reginaldo, companheiro de trabalho no cinema, que me ajudou muito ao trocar de horário comigo, permitindo que eu chegassem até aqui! Obrigado.

Aos amigos que fiz ao longo desta trajetória meu muitíssimo OBRIGADO!!!

Que Deus continue nos abençoando agora e sempre!

“Só o conhecimento que vem de dentro é capaz de revelar o verdadeiro discernimento.”

(Aristóteles)

RESUMO

O estudo traz uma revisão de literatura da Biblioteconomia a partir da Teoria da Classificação tendo como arcabouço a influência dos filósofos ao longo da sua evolução, dando um panorama do desenvolvimento dos sistemas de classificação, e levantam alguns questionamentos, quem primeiro idealizou a classificação do conhecimento? Como fez equais foram suas influências? Ao longo de sua existência, o homem buscou compreender o mundo a sua volta, e foi através destes questionamentos que o mesmo passou a ordenar o conhecimento obtido com suas experiências. Partindo do senso comum até chegar ao que se entende por ciência. A Biblioteconomia possui princípios e regras para a ordenação e organização do conhecimento. A revisão de literatura da Biblioteconomia tem como objetivo entender sua ordenação, quais teorias fundamentam seus princípios e regras, em quais fontes beberam os teóricos da classificação. O método empregado foi uma revisão bibliográfica, qualitativa que subsidiasse o entendimento do tema abordado. Buscou-se compreender qual a origem da classificação em detrimento as lacunas deixadas em algumas disciplinas durante o curso. Na pesquisa encontramos evidências filosóficas que fundamentam a teoria da classificação, pois, a partir da Teoria da Classificação Filosófica, os teóricos da Biblioteconomia desenvolveram a Teoria da Classificação Bibliográfica. Por fim encontramos pontos de convergência e divergência nos conceitos e teorias dos autores estudados, e que a Biblioteconomia possui uma fundamentação pautada na Teoria da Classificação que permite compreender – lá como uma ciência em desenvolvimento.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Teoria do Conhecimento. Teoria da Classificação. Sistemas de classificação. Linguagem documentária.

ABSTRACT

The study brings a literature review of Librarianship based on Classification Theory, with the influence of the philosophers throughout their evolution, giving an overview of the development of classification systems, and raises some questions, who first idealized the classification of knowledge? How did you do it and what were your influences? Throughout his existence, man sought to understand the world around him, and it was through these questions that he passed the order of the knowledge obtained from his experiences. Starting from the common sense until arriving at what is understood by science. Librarianship has principles and rules for the ordering and organization of knowledge. The literature review of Librarianship aims to understand their ordering, which theories base their principles and rules, in which sources the classification theoreticians drank. The method used was a bibliographical review, qualitative that subsidized the understanding of the topic approached. It was sought to understand the origin of the classification in detriment to the gaps left in some disciplines during the course. In the research we find philosophical evidence that bases the classification theory, because, from the Philosophical Classification Theory, the Librarianship theorists developed the Bibliographic Classification Theory. Finally we find points of convergence and divergence in the concepts and theories of the studied authors, and that Librarianship has a rationale based on the Classification Theory that allows understanding it as a developing science.

Keywords: Librarianship. Theory of Knowledge. Classification Theory. Classification systems. Documentary language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SENSO COMUM E CIÊNCIA.....	13
2.1 EPISTEMOLOGIA.....	14
2.2 TEORIA DO CONHECIMENTO	16
3. ORIGENS DA CLASSIFICAÇÃO	17
3.1 A ISAGOGE	21
3.2 NOVUM ORGANUM	24
4 LINGUAGEM	27
4.1 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA.....	28
4.2 TAXONOMIA.....	30
5 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO.....	32
5.1 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY – CDD	33
5.2 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU.....	35
5.3 COLON CLASSIFICATON	38
6 BIBLIOTECONOMIA	40
7 CONSIDERAÇOES FINAIS	42
8. REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma área que, segundo a literatura vem desde os primórdios da civilização, uma vez que as bibliotecas, seu objeto de estudo, são espaços onde se aprimoraram as técnicas de organização e tratamento dos mais diversos suportes informacionais, como livros, periódicos, relatórios, etc e documentos, a partir de pessoas que ali trabalharam e se dedicaram. No entanto, apesar de tão antiga, a Biblioteconomia precisa de um lastro epistemológico que a conduza ao patamar de ciência.

Essa percepção foi tomando corpo com do decorrer do curso, que pouco ou quase nada se discutiu a respeito de teorias ou correntes teóricas da Biblioteconomia nas disciplinas estudadas, com exceção da disciplina Representação temática da Informação, onde se estuda a história das classificações filosóficas, que antecedem as bibliográficas. Diante desse fato, busca-se verificar qual o aporte teórico embasa a Biblioteconomia.

Ouvimos falar que a Biblioteconomia é tecnicista, tendo sua fundamentação nas regras e princípios pragmáticos e insolúveis. Contudo percebemos uma ação que denota sua origem nos conceitos filosóficos. O homem na tentativa para compreender o mundo a sua volta, passa a observa os acontecimentos e seus fenômenos na busca por resposta para seus questionamentos.

O homem passa a conhecer e, esse conhecimento é repleto de fascínio e espanto. Ele inicia uma ação fundamental para sua sobrevivência, começa a classificar o conhecimento. A ontologia grega a respeito da realidade permite avanços a lugares ainda não alcançados.

Neste contexto, nomes como o de Aristóteles, Porfírio, Bacon, entre outros, ganham uma maior ênfase no tocante a classificação do conhecimento. As Categorias Aristotélicas tiveram uma função primordial para a sistematização do convencimento. Piedade (1983, p. 16) afirma que “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”.

A classificação proposta por Aristóteles a parti das Categorias sistematizou a classificação tornando-se uma classificação filosófica, em seguida temos as contribuições de Porfirio de Tiro, que procurou reaproximar seu mestre das

Categorias Aristotélicas. Porfírio faz uma releitura da obra aristotélica, e estabelece um sistema dicotômico que ficou conhecido como “arvore de Porfirio”.

Francis Bacon foi um divisor d’água em seu tempo, o sistema filosófico proposto por ele, modificou a forma de ver a ciência. E este seria um dos grandes influenciadores para o desenvolvimento dos sistemas bibliográficos.

Foi a partir dos conceitos levantados por todos esses filósofos, que nasceram os inúmeros sistemas de classificação bibliográficos. A Classificação Decimal de Dewey – CDD, a Classificação Decimal Universal – CDU, a ColonClassification dentre outras sendo estas baseadas nas dez categorias Aristotélicas.

Esse estudo apresenta como justificativa nossa inquietação diante dos constantes debates em sala de aula, na tentativa de identificar a origem dos sistemas de classificação bibliográfica. Neste contexto, caberá aqui levantar o diálogo reflexivo que nos possibilite trazer a luz discussões que envolvem a compreensão desses conceitos concernentes a Biblioteconomia.

Portanto, fica a pergunta: qual a origem dos sistemas de classificação bibliográfica e, será possível comprehendê-lo para além de uma concepção técnica constantemente apresentada em sala de aula?

Para tanto traçamos como **Objetivo Geral**: Trazer à luz discussões a influência filosóficas nos sistemas de classificação bibliográfica, visualizando-o não somente a compreensão dos conceitos, mas a busca de elementos que apontem a científicidade da Biblioteconomia.

Especificamente objetivamos:

- ✓ Situar teoricamente a ideia de classes de assunto da Biblioteconomia, partindo do estudo da Teoria da Classificação.
- ✓ Analisar as discussões que envolvem os conceitos de classificação na Biblioteconomia, para percebermos além das visões técnicas existentes na área da Classificação Bibliográfica.

Para tanto utilizamos como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa, tendo em vista que ela busca atingir o conhecimento de um fenômeno histórico, significativo em sua particularidade. Dentro da perspectiva qualitativa trabalharemos com análise e interpretação, pois de acordo com Gomes (2009, p. 79)

elas ocorrem quando exploramos em nosso estudo um conjunto de opiniões e representações sociais sobre determinado tema.

Dentro desta abordagem utilizaremos a revisão bibliográfica tendo em vista a investigação dos conceitos que envolvem a concepção classificação da Biblioteconomia. Portanto nosso estudo encontra-se estruturado nas seguintes partes: introdução na qual está contida a noção inicial do nosso estudo. Em seguida trataremos da ciência e senso comum, apresentando contribuições teóricas levantadas no tocante ao tema. Posteriormente partiremos para as discussões que permeiam as abordagens teóricas referentes à classificação e organização da Biblioteconomia, e da Teoria da Classificação Bibliográfica.

2 SENSO COMUM E CIÊNCIA

O ser humano ao longo de sua existência buscou compreender o mundo a sua volta, observando os acontecimentos e seus fenômenos. Os fatores que compõe à natureza tais como: clima, fauna, flora e estações do ano, possibilitaram o entendimento humano da realidade.

De forma empírica as experiências vividas deram ao ser humano ferramentas fundamentais para sua sobrevivência, que por sua vez foram passadas de geração a geração, o senso comum é uma herança cultural, segundo Francelin (2004, p. 30), “os conceitos nascem no cotidiano (senso comum) são apropriados pelos meios científicos e tornam-se científicos ao romperem com esse cotidiano, com esse senso comum”.

A ruptura com o senso comum através da ciência trouxe um novo panorama para a sociedade. Os avanços gerados pela ciência por meio de métodos e formas de aplicação permitiram o progresso, segundo Morin (1998, p.15) “[...] é evidente que o conhecimento científico determinou o progresso técnico”. A ciência tem um papel elucidativo, ela resolve os enigmas e revela os mistérios, mas a mesma ciência capaz de produzir maravilhas pode ser a que venha aniquilar a humanidade.

Pensar em ciência da natureza é voltar ao passado na Grécia Antiga, onde nomes como os de Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Heráclito e tantos outros pensadores que empenharam suas vidas para estabelecer qual seria o elemento gerador da vida, é, sobretudo observar uma forma de ciência.

Os físicos ou monistas como foram chamados inicialmente, procuraram isolar um dos quatro elementos (terra, ar, fogo e água) de forma empírica a encontrar o que seria origem da vida, criaram conceitos na tentativa de romper com o místico afastando-se das mitologias para explicar a realidade. Os Pré-socráticos buscavam explicar o mundo por meio do método científico e dos elementos da natureza ou físis, os seus esforços contribuíram na construção do caminho para o método científico.

No período Renascentista a ciência ganha nos aspectos, um período com forte influência intelectual de nomes como Francis Bacon e René Descartes contribuem e influenciam como suas abordagens filosóficas e científicas.

A ciência teve forte influência de Bacon, o seu método indutivo onde ele ressalta que devemos observar o mundo para entender os obstáculos e distorções que nos impedem de enxergar claramente as coisas que compõe a realidade.

Na concepção racionalista moderna entendemos que,

[...] a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática, portanto, capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados [...]. O objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e corresponde à própria realidade, porque esta é racional e inteligível (CHAUI, 1997, p.252).

Outro nome que figurou na Renascença foi o filósofo francês René Descartes, que é conhecido como Pai da Filosofia Moderna. Sua tarefa de estabelecer um equilíbrio entre a Igreja e a ciência, promoveu um novo olhar para o método científico.

Através da dúvida ele acreditava que tudo advinha da razão e não dos sentidos, pois para Descartes, experiências sensoriais não são confiáveis. Segundo Descartes (2010) em o Discurso do Método, “os que andam muito lentamente podem avançar muito mais se seguirem sempre o caminho reto, ao contrário dos que correm e dele se afastam” (DESCARTES, 2010, p.37).

No Discurso do Método, Descartes estabelece quatro regras que o nortearão no percurso pelo qual ele enveredará em busca da verdade. A primeira regra determina que não deva acreditar em nada como verdadeiro sem que antes passe pelo o crivo da razão. Em seguida na segunda regra todo que se demonstrar complexo deve ser dividido em várias partes de forma simples.

Na terceira regra do Discurso do Método devemos seguir o ordenamento, de modo que ao remontar o complexo não surja desvios, que prejudiquem a verdade que se almeja alcançar. Por fim, a quarta regra que diz o processo pode ser repetido por várias vezes e por qualquer um na busca da verdade, como esse processo verifica-se as verdades científicas.

2.1 EPISTEMOLOGIA

A Epistemologia pode ser definida etimologicamente como discurso racional, algo que se dá pela razão (logos) episteme. A palavra grega episteme pode ser

traduzida por conhecimento estabelecido ou conhecimento seguro. A palavra grega logos, que recebe várias definições, pode ser aqui traduzida por “teoria racional ou do conhecimento”. Ao estudarmos epistemologia estamos estudando o que faz de um tipo específico de conhecimento, sendo uma forma mais segura de conhecer aspectos de nossa realidade, segundo (CASTAÑON, 2007 p. 7) “é estudar as diferenças entre vários tipos de conhecimento, como o prático, o filosófico, o religioso e o científico”.

Sua origem se dá com os gregos, que por sua vez na tentativa de entender o mundo a sua volta, questionam qual a origem de tudo. Os Pré-socráticos contribuíram para a episteme, pois como saber se conhecemos o que pensamos conhecer? Mas no período clássico da filosofia os três principais pensadores, Sócrates, Platão e Aristóteles, também levantaram suas questões. Platão através da dialética ou dialogo, buscou entender como conhecemos. Para Platão existem quatro graus de conhecimento que são: crença, opinião, raciocínio e a intuição intelectual, pois só através do raciocínio e da intuição intelectual podemos alcançar o conhecimento verdadeiro, Platão descarta a crença e a opinião por serem graus inferiores de conhecimentos, ou seja, ilusórios ou das aparências.

Aristóteles ao contrário de Platão, não descarta o conhecimento adquirido por meio dos sentidos, para ele os sentidos contribuem para desvendarmos a realidade. Para Aristóteles o conhecimento simplesmente sensível é o primeiro em uma escala de seis graus de conhecimento, sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e por fim intuição sendo esta última intelectual.

A intuição é considerada um pensamento puro, que não depende das informações adquiridas pelos os sentidos. Quanto mais longe o conhecimento estiver da sensibilidade maior a aproximação da verdade. A epistemologia nos traz um tipo específico de conhecimento, tornando-se uma forma mais segura de conhecer aspectos de nossa realidade; o que faz de nosso conhecimento específico uma aplicação prática na Biblioteconomia. Estudar epistemologia é estudar as diferenças entre vários tipos de conhecimento, como o prático, o filosófico, o religioso e o científico.

2.2 TEORIA DO CONHECIMENTO

A teoria do conhecimento é como bem se refere uma teoria, ou seja, uma explicação ou podemos dizer uma interpretação filosófica do conhecimento humano nas suas variações.

Na teoria do conhecimento encontramos vários nomes que se contrapõem um dos outros baseados em seus ramos filosóficos, nomes como os de Descartes, Spinoza e Leibniz que defendem uma posição racionalista, onde o conhecimento é proveniente da razão rejeitando assim o empirismo, afirmando que os conhecimentos puros não proveem dos sentidos, pois esses podem enganar. Outra ala de pensadores é a dos empiristas, nomes como os de John Locke, David Hume, que por sua vez, defendem que o conhecimento é adquirido por meio das experiências sensoriais.

Ao pensarmos na teoria do conhecimento, não podemos deixar de mencionar o nome de John Locke. Tido como o pai liberalismo, suas contribuições na teoria do conhecimento foram de suma importância. Considerado como o primeiro empirista tendo influenciado outros pensadores como David Hume, Locke afirma que ao nascermos somos como uma “tabula rasa”, ou seja, ao nascer somos como uma folha em branco, e ao longo de nossa vida se obtém conhecimento através das experiências sensoriais.

Com tudo percebemos uma dicotomia, o homem é um ser dualista, por ser espiritual e sensível, ao qual possui um conhecimento espiritual e um conhecimento sensível. Onde o primeiro é dotado da razão e o último da experiência. Segundo Hessen (1979, p.34) “o conhecimento significa uma relação entre um sujeito e um objeto, que entram, por assim dizer em contacto mútuo; o sujeito apreende o objeto”.

Quando falamos de conhecimento científico, estamos falando de métodos e princípios que serviram para validação do que está sendo verificado. A Biblioteconomia que é uma das disciplinas mais antigas responsáveis por organizar a informação, não bastando apenas organizar, mas produzir e disseminar a informação, que segundo Ortega (2004, p. 1) parte “[...] das primeiras evidencias de organização de documentos segundo seus conteúdos, apontando esses processos e as bibliotecas primitivas da antiguidade que os realizavam como a origem do que depois foi denominado Biblioteconomia”. O conhecimento científico trata de exclusivamente de classes.

3. ORIGENS DA CLASSIFICAÇÃO

As primeiras classificações para organização de documentos remetem aos povos antigos, os egípcios, assírios e babilônicos que elaboraram diferentes organizações para os seus documentos, mas foram os povos orientais, os precursores de um feito diferenciado no âmbito do conhecimento. Destaque para os chineses que segundo Siqueira (2010, p. 42) “com as doutrinas de Confúcio, realizaram uma das primeiras classificações temáticas há mais de 400 a.C”. É importante ressaltar, que mesmo diante dos feitos orientais, a classificação antiga que mais se difundiu entre nós foi à grega.

Tendo os preceitos filosóficos como base, iniciando com Platão, na classificação empírica de seus diálogos; perpassando por Aristóteles, ao estabelecer a ligação entre o pensar lógico e sua estrutura ontológica a partir das categorias; até chegar a Porfírio, que representou graficamente as categorias aristotélicas, evidenciando a subordinação lógica e ontológica aos elementos no que foi chamado de árvore de Porfirio.

O ato de classificar é inerente ao homem, classificamos tudo a nossa volta. A todo o momento estamos dizendo que esse é grande, este é pequeno, aquele é preto e o outro é rosa. Mas, no campo da Biblioteconomia, temos a tarefa de transformar todas essas características ou parte delas, em uma linguagem documentária, “como uma linguagem construída, oposta à natural, portanto, tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação” (TÁLAMO, 1997, p.10). Essa temática será mais bem discutida, mais adiante, no item 4.

Essa necessidade surgiu por meio de relatos que apontam que durante muitos séculos, a organização dos livros de uma biblioteca foi feita com a intenção de preservá-los para posteridade, sendo estes poucos consultados. Contudo, o conceito moderno de biblioteca como um organismo vivo, surgiu no século XIX, com a ação determinante de disseminação das universidades, e, consequentemente, com o surgimento das bibliotecas universitárias e públicas. Devido a essa iniciativa o livro passou a existir para ser usado.

A palavra classificar provém do latim *classis*, que por sua vez distingua os grupos sociais pertencentes ao povo romano. Apenas no final do século XVIII, passa a ser empregada para a ordenação das ciências. De acordo com Piedade (1983, p.16) “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e

semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos".

O processo pelo qual se dá a classificação segundo Campos mostra que:

A classificação, entendida como processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de ser reconhecidos como uma entidade ou conceito constitui uma das fases fundamentais do pensar humano. (CAMPOS, 1975, p.23).

Quando pensamos em classificação não podemos deixar de mencionar o nome de Aristóteles, filósofo grego e autor de várias obras. A qual se destaca em especial uma chamada "Categorias", a mesma destaca-se como um pequeno tratado que Aristóteles utiliza para o desenvolvimento da lógica.

Aristóteles estabelece dez categorias, partindo da substancia, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, estado ou condição, ação e paixão. Essas categorias influenciaram o saber científico, a exemplo ao encontrarmos na modernidade categorias gramaticais tais como: (substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, preposições, advérbios de modo, de lugar, de tempo etc).

Ao falarmos das categorias aristotélicas temos que entender o sentido do predicado segundo Aristóteles, que de acordo com Abbagnano (2007)

na lógica aristotélica, a preposição consiste em afirmar (ou negar) algo de alguma coisa: portanto, divide-se em dois termos essenciais, o sujeito, aquilo de que se afirma (ou nega) de alguma coisa e o predicado, que é justamente o que se afirma (ou nega) do sujeito [...]. (ABBAGNANO, 2007, p. 923).

A forma como Aristóteles apresenta as categorias, deixa claro a sua tentativa de estabelecer um sistema para organização do conhecimento, entretanto, a maneira como ele utiliza a linguagem fará toda a diferença, pois segundo Aristóteles, "quando se predica esta coisa ou aquela de uma outra coisa como de um sujeito, os predicados do predicado também se aplicarão ao sujeito (ARISTÓTELES, 2011, p.28)".

Ao predicar "homem" de um homem conforme Aristóteles (2011); assim sendo, de "homem" predicamos "animal". Por conseguinte, deste ou daquele homem podemos predicar "animal" também, uma vez que um homem é tanto "animal" quanto "homem". Com isso entendemos que predicamos os gêneros mais elevados ou maiores dos gêneros menores ou classes subordinadas.

Além da criação das categorias, Aristóteles deixou uma grande contribuição que serviu para a teoria da classificação. A elaboração dos cinco predicados, ou seja, dos cinco tipos de relações pertencentes ao um arranjo lógico aos quais destacamos de acordo com (ALBUQUERQUE, 2011, p.47):

- a) gênero: classe ou grupo de seres ou objetos que possuem um número determinado de características em comum;
- b) espécie: ser ou coisa que possui uma diferença específica que distingue do seu gênero próximo; a espécie é obtida do gênero pelo acréscimo de uma diferença;
- c) diferença: é a característica que serve para gerar uma espécie; cada acréscimo da diferença gera uma nova espécie;
- d) propriedade: algo próprio de cada elemento de uma classe, mas que não é imprescindível à definição da classe;
- e) acidente: qualidade não obrigatória a todos os elementos de uma classe, isto é, que pode ou não estar presente em um conceito.

Observamos que os predicados constituem uma estrutura de classificação. Como já foi mencionado anteriormente, Aristóteles estabeleceu dez categorias que servirão de arcabouço para a organização do conhecimento.

Aristóteles determinou dez gêneros supremos que constituem as Categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação e paixão. Para Aristóteles conforme Xavier (2008):

A substância é, portanto a categoria principal e as demais são secundárias, tendo em vista que estas, as secundárias, não são substância, pois existem em algum sujeito e a substância é principal ou primária porque não existe em nenhum sujeito. Para Aristóteles então, as substâncias são os próprios sujeitos nos quais as categorias secundárias existem (possuem inherência). São secundárias, portanto, porque se prendem às substâncias, e delas dependem. (XAVIER, 2008, p.60).

A *substância* é aquilo que não é nem dito de um sujeito nem em um sujeito, com isso todas as coisas, sejam quais forem, exceto o que chamamos de substâncias primárias, são predicados das substâncias primárias ou estão nestas presentes como seus sujeitos. Toda substância parece determinada, o que é

indiscutivelmente verdadeiro no que tange às substâncias primárias. O que cada uma denota é unidade (ARISTÓTELES, 2011, p. 38).

Outra categoria se refere à *quantidade*, pois “todas as quantidades são constituídas por partes, e estas, guardam posições em referência umas às outras ou não apresentam tais posições (ARISTÓTELES, 2011, p. 44)”. Para Aristóteles quantidades nunca possuem contrários, quando as quantidades forem definidas.

Mas é comum alguém dizer que “grande” e “pequeno”, “muito” e “pouco” são contrários. Entretanto podemos dizer que são termos de relação, e de acordo com Aristóteles “as coisas não são em si mesmas e isoladamente grandes ou pequenas: só o são por comparação (ARISTÓTELES, 2011, p. 47)”. Ao dizermos que uma montanha é pequena, que um grão de milho é grande, na realidade estamos dizendo maior ou menor do que outras coisas semelhantes do gênero, pois nos referimos a algum padrão ou forma externa.

Na categoria *relação* quando chamamos algo ou alguma coisa de relativa, falamos que é o que é por dependência de alguma coisa ou, se não, por estar relacionada a alguma coisa de alguma outra forma. Aristóteles destaca outros termos relativos tais como: *o estado, a disposição, a percepção, o conhecimento, a posição ou postura*.

O estado é estado de alguma coisa, a percepção é percepção de alguma coisa, conhecimento é conhecimento de alguma coisa. Nos termos relativos uma coisa sendo tal como é, é evidenciada por um genitivo que se segue ou então por alguma frase ou expressão destinada a introduzir a relação.

Para Aristóteles *qualidade* é aquilo em virtude do que as coisas são de algum modo, qualificadas. Um tipo de qualidade que é constituído pelos estados e disposições. No estado estão às virtudes e os gêneros de conhecimento, na virtude estão à justiça e a moderação. Na categoria qualidade Aristóteles distingue alguns aspectos da qualidade, estado – virtude – hábitos, disposições – passivas – afeições, formas – figuras. Disposições de acordo com Aristóteles (2011) “são qualidades de fácil mobilização e alteração, tais como o calor, o frio, a doença, a saúde e assim por diante”.

O estado ou (hábito) se diferencia da disposição, ao qual o primeiro é duradouro e estável, ao passo que a disposição não demora a sofrer mudanças. Vale ressaltar que estados são também disposições, mas nem sempre as disposições são estados (hábitos). Como bem ressalta Aristóteles,

A ação e a paixão apresentam contrários, bem como graus, ou seja, o aquecimento é o contrário do arrefecimento, como também o ser arrefecido é do ser aquecido, ou, por outro lado, ser agradado é o contrário de ser desagradado. (ARISTÓTELES, 2011, p.74).

Destacamos também a categoria *tempo*, pois é o tempo que temos em mente, e assim, qualificamos uma coisa de mais velha, antiga do que outra coisa, que o tempo que lhe diz respeito foi mais longo. Concordando com o pensamento aristotélico onde o mesmo diz que, “quando às demais categorias, quais sejam, tempo, espaço e estado, são tão claras que não preciso dizer mais do que disse”. [...] (ARISTÓTELES, 2011, p.75).

Embora seja atribuída a Aristóteles, a criação do termo e do conceito *categoria*, a gênese da problemática situa-se na ontologia e na dialética de Platão, e evidentemente na doutrina *Sofista* com os cinco gêneros supremos do Ser, do Movimento, do Repouso, do Idêntico e do Diferente.

3.1 A ISAGOGÉ

Ao falarmos das Categorias de Aristóteles, não podemos deixar de destacar a importante contribuição de Porfirio de Tiro, que constituiu uma espécie de manual para a compreensão da obra aristotélica. A Isagoge como o título bem destaca, é uma introdução ao texto das Categorias que tem como finalidade abordar os conceitos básicos de gênero, espécie, diferença, próprio e acidente, entendidos como (as cinco vozes).

O filósofo neoplatônico Porfirio de Tiro foi discípulo de Plotino, que por sua vez era discípulo de Platão. Ao elaborar a Isagoge, Porfirio estabeleceu a exposição das Categorias de Aristóteles por interrogação e resposta, como uma resposta ao pensamento adotado por Plotino seu mestre, que havia refutado as Categorias de Aristóteles com base nos ensinamentos de Platão.

A Isagoge surge neste sentido, como uma tentativa de aproximação entre o pensamento teológico de Platão e a lógica aristotélica no tocante à questão da divergência entre ambos os pensamentos, sobre um ponto relevante que trata em saber, se gênero e espécie são realidades que se manifestam antes das coisas ou se manifestam nas coisas.

Percebemos que mesmo sendo uma introdução às categorias pode servir como uma introdução ao método dialético e à lógica em geral; além disso, como uma propedêutica à filosofia em geral.

A importância da Isagoge, independentemente da sua condição de estatuto introdutório à teoria aristotélica, é resumida pelo seu tradutor pelos seguintes pontos: a) codificação da doutrina dos predicáveis; b) inequívoca posição em relação aos universais, c) remetimento aos nexos ontológicos e henológicos, d) construção da árvore lógica (PORFIRIO DE TIRO, 2002, p.21).

Ao observarmos as cinco vozes mencionadas por Porfirio identificamos que o autor define: Gênero como uma coleção de indivíduos que, comportando-se de uma maneira determinada em relação a uma só coisa, têm entre si certa relação (PORFIRIO DE TIRO, 2002, p.36). Conforme Porfirio (2002)

assim, portanto, os gêneros diferem do que é predicável de uma só coisa pelo fato de que foram definidos como predicáveis de várias; mas eles diferem também daquilo que se predica de várias, e, em primeiro lugar, das espécies, porque as espécies, mesmo que se prediquem de várias, [...]. (PORFIRIO DE TIRO, 2002, p.38).

Após o gênero temos em seguida a Espécie, no tocante as cinco vozes, “a espécie é a propósito da forma que cada coisa, no sentido em que foi dito” (PORFIRIO DE TIRO, 2002, p.39). Observamos algumas definições em relação e a espécie do seguinte modo: a espécie é o que se ordena sob o gênero e, portanto, o gênero se predica relativamente, e a espécie é o que se predica de várias coisas diferindo pelo número. Contudo, esta última definição só vale para espécie mais especial, ou seja, para espécie que é apenas espécie, ao passo que as demais as aplicam também às espécies que não são mais especiais.

Outro ponto em relação às cinco vozes é a Diferença onde segundo Porfírio “a diferença se diz de uma maneira comum, de uma maneira própria e de uma inteiramente própria” (PORFIRIO DE TIRO, 2002, p.45).

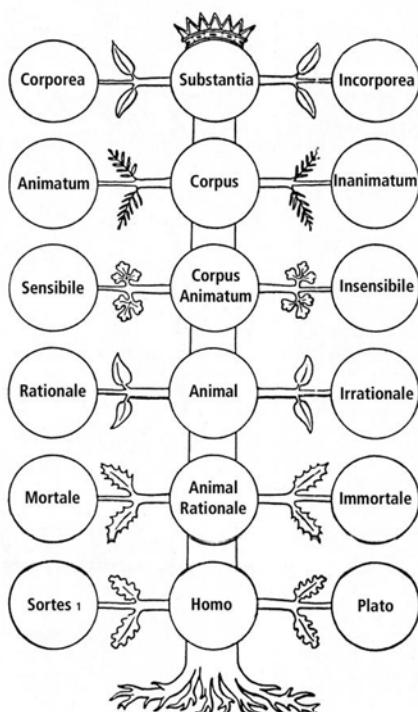
Na diferença encontramos acidentes inseparáveis que são características próprias a exemplo: cor azul dos olhos ou características físicas. Observamos uma dicotomia na diferença, de modo que dado as diferenças animado, inanimado, dotado de sensação e privado de sensação, assim, pois, podemos dizer que as diferenças são específicas e fazem parte da essência.

O Próprio é outro elemento das cinco vozes, e este diz respeito a traços e capacidades. Constatamos o próprio dividido em quatro espécies, (a) o que se dá em uma só espécie, mas não necessariamente em toda a espécie: exemplo ser um piloto de avião ou músico; (b) o que se dá em toda a espécie, mas não somente nela: exemplo o fato de ter duas pernas; (c) o que se dá em toda a espécie, somente nela e em um tempo determinado: exemplo o envelhecimento; por fim, (d) o que coincide de dar-se em uma só espécie, à espécie toda e sempre: exemplo rir, mesmo não rindo sempre o homem tem a capacidade de fazê-lo.

O último elemento das cinco vozes levantadas por Porfírio é o Acidente, como bem destaca (PORFÍRIO, 2002) “o acidente é o que pode aparecer e desaparecer sem provocar a destruição do sujeito”. No entendimento do acidente, fica claro uma divisão em duas espécies; separável e inseparável: exemplo dormir é um acidente separável, onde ser albino por sua vez, é um acidente inseparável.

Analizando as Categorias de Aristóteles, Porfírio traz na Isagoge um esclarecimento dos aspectos e conceitos aristotélicos, que por sua vez, possibilita a criação de um elemento fundamental para a compreensão das Categorias. A partir da figura que ficou muito conhecida como Árvore de Porfírio (Árvore de Porfírio), podemos encontrarmos os conceitos subordinados, partindo dos mais gerais aos menos extensos.

Figura 1 - Árvore de Porfírio



Fonte:<http://teca.cecierj.edu.br>

Essa é a primeira representação gráfica da idéia de classificação, esta classificação, partiu da teoria do predicado de Aristóteles, que por sua vez constitui em um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies. De acordo Albuquerque (2011),

A árvore deu início ao nominalismo e foi à antecessora das modernas classificações taxonômicas. A partir do século XVII, a árvore deu lugar a vários outros esquemas gráficos denominados *sistemas*, os quais podiam ser aplicados tanto às disciplinas específicas, quanto ao conhecimento como um todo. (ALBUQUERQUE, 2011, p.48).

3.2 NOVUM ORGANUM

Saber é poder! É com essa máxima que falaremos agora de um grande contribuinte da classificação e da ciência moderna. O filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), advogado, estadista, filósofo, cientista. Participou de uma ordem conhecida como Rosa cruz, chegando ao cargo mais alto de alquimista da ordem.

Bacon contribuiu de forma significativa para a organização bibliográfica, classificando e definindo as áreas do saber baseadas nas faculdades humanas da Memória, Imaginação e Razão. Ele inseriu um esquema de classificação onde à História situava-se na categoria da Memória, a Filosofia na categoria Razão e a Poesia na Imaginação.

Ao dividir o conhecimento em duas categorias, Bacon destaca o conhecimento divino e o conhecimento humano. Para Bacon o conhecimento divino, seria a natureza da qual é obra de Deus. Já o conhecimento humano é tudo aquilo que é compreendido através de suas ações. A partir dessa divisão traçada por Bacon, é que percebemos a tentativa de construir uma história que denote a evolução do conhecimento divino e humano.

Através de seu método investigativo fundamentado na observação, descrição, classificação, comparação e eliminação e, por fim, a dedução das possíveis causas dos fenômenos. Inaugurando o Empirismo.

A metodologia Baconiana dividiu-se da seguinte forma:

A teoria da indução, tal como exposta no *NovumOraganum*, distingue inicialmente experiência vaga e experiência escriturada. A primeira compreende o conjunto de noções recolhidas pelo observador

quando opera ao acaso. A segunda abrange o conjunto de noções acumuladas pelo investigador quando, tendo sido posto de sobreaviso por determinado motivo, observa metódicamente e faz experimentos. Este último tipo constitui o mais importante e o ponto de partida para a constituição das tábuas de investigação, núcleo de todo o método baconiano. (BACON; ANDREDE, 1984, p. 15).

Para demonstrar sua metodologia Bacon criou o conceito de Tábuas de Investigação, e foi dividido em três tábuas com o intuito de guiar o pesquisador ao longo da pesquisa.

- a) “A primeira tábua de investigação é a de presença ou afirmação. Nela não se coloca todas as instâncias de um fenômeno que concordem por apresentar as mesmas características”.
- b) “Para Bacon, a verificação das ocorrências positivas de um fenômeno não é, contudo, suficiente para fornecer seu perfeito conhecimento. Impõe-se verificar também aqueles casos em que o fenômeno ocorre. Constrói-se, assim, a tábua *das ausências ou da negação*”.
- c) “A terceira tábua é a das *graduações ou comparações*, que consiste na anotação dos diferentes graus de variação ocorridos no fenômeno em questão, a fim de se descobrirem possíveis correlações entre as modificações” (BACON; ANDREDE, 1984, p. 15).

Desferindo críticas contra os alquimistas e os empíricos incipientes e rudes de sua época, que recolhiam materiais sem nenhum critério agindo como formigas. Para Bacon (1984)

[...] o verdadeiro filósofo natural (expressão usada na época para designar o cientista da natureza) deveria seguir o exemplo da abelha e trabalhar na acumulação sistemática de conhecimentos. Deveria também, e, sobretudo, descobrir o método que permitisse o progresso do conhecimento; não apenas catalogação de fatos de uma realidade supostamente fixa, ou obediente a uma ordem divina, eterna e perfeita. (BACON; ANDREDE, 1984, p. 12).

Contudo podemos perceber a tentativa do ser humano em criar uma ordem, que lhe permitisse compreender o mundo a sua volta. Pensadores como Aristóteles, Porfírio e Bacon contribuíram significativamente para o avanço da ciência. Seus

conceitos tiveram forte influência na ordenação e organização do conhecimento, subsidiando em muito a Biblioteconomia.

4 LINGUAGEM

Entendemos como linguagem, à capacidade especificamente humana para aquisição e utilização de sistemas complexos de comunicação, quanto a uma instância específica de um sistema de comunicação complexo, o homem desenvolveu inúmeras formas de linguagens.

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. Ao estabelecer a linguagem por meio de convenção, ou seja, através de signos, sons e gestos que são aceitos por seus pares, o homem avança um nível em relação aos animais. Segundo Abbagnano (2007) diz que, “em geral, o uso de signos intersubjetivos, que são os que possibilitam a comunicação” (ABBAGNANO, 2007, p.708).

A linguagem é um produto social, ao abstrair a realidade o homem foi capaz de criar um sistema que o diferenciou dos animais. Por sua vez, observamos que as linguagens podem ser naturais e artificiais. Conforme ressalta Azevedo (2007),

“As linguagens podem dividir-se em “naturais” (às vezes ordinárias) e artificiais. As linguagens naturais são aquelas produzidas no curso da evolução histórica e psicológica, o grego, o latim, o inglês, etc. as linguagens artificiais são construídas de acordo com certas regras formais: a lógica e a matemática”. (AZEVEDO, 2007, p.41).

A linguagem responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se. Podemos classificar as linguagens que “mencionam” as que “enunciam”, e também, segundo as suas funções, “expressiva”, função “apelativa” ou “representativa”.

Através da linguagem o homem estabelece suas relações, podendo assim contextualizar a realidade em sua volta. Azevedo (2007) destaca que é possível dividir as linguagens em “cognitivas” e “emotivas”.

Podem-se ainda dividir as linguagens em “cognitivas” e “emotivas”, pode também a linguagem “cognitiva” ter o nome de “indicativa”, “enunciativa”, referencial ou simbólica. As linguagens emotivas foram também chamadas de “evocativas”. As linguagens cognitivas são aquelas que enunciam se algo é ou não, se a preposição é verdadeira ou falsa. As linguagens emotivas expressam simplesmente o acontecer psíquico de um sujeito, daí não se pode

dizer que suas preposições são verdadeiras ou falsas. (AZEVEDO, 2007, p.41).

A linguagem é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e eles ordenam a realidade, categorizam o mundo. A linguagem humana é uma fusão livre e infinita de referência à realidade objetiva e de reação às manifestações linguísticas.

A linguagem não se destina somente a informar, a influenciar, a exprimir emoções e sentimentos, a criar ou manter laços sociais, mas ela serve também para falar sobre a própria linguagem. A linguagem alivia as dores, consola os aflitos, apazigua a cólera, aumenta a coragem.

4.1 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

As linguagens documentárias são linguagens estruturadas e controladas, construídas a partir de princípios e de significados oriundos de termos constituintes da linguagem de especialidade ou (artificial) e da linguagem natural (linguagem do discurso comum), com a proposta de representar, com a finalidade de recuperar a informação.

Neste contexto Piedade (1983, p. 9) afirma que “a linguagem empregada para descrever os assuntos dos documentos é chamada de linguagem de indexação, linguagem documentária, linguagem de informação ou linguagem descritora”.

As linguagens documentárias são caracterizadas como sistemas de organização do conhecimento, e correspondentes às listas de cabeçalhos de assunto e aos tesouros, têm como função representar o conteúdo dos documentos contidos em um sistema de recuperação da informação, a partir de uma linguagem natural presente no documento, tendo como função controlar o vocabulário de um campo do saber.

Segundo Albuquerque (2011, p. 41) “estes vocabulários, por sua vez, são códigos artificiais, de signos normalizados que permitem uma representação mais efetiva e eficaz do conteúdo documental com a função de recuperar a informação”.

As linguagens documentárias visam à organização e à disseminação de conteúdos informacionais de sistemas de informação, tais como as bibliotecas universitárias, que buscam ter um melhor controle da terminologia para um

desempenho adequado da recuperação e filtragem de informações. As linguagens documentárias são instrumentos de apoio para a indexação e busca por assunto, tornando-se um componente imprescindível dos sistemas de informação automatizados para a indexação a recuperação da informação de áreas científicas de alto nível de especialização de assuntos.

A finalidade preliminar do controle do vocabulário é conseguir a consistência na representação da informação e facilitar a sua recuperação. As linguagens documentárias podem ser pré-coordenadas e pós-coordenadas. Encontramos as linguagens pré-ordenadas nos sistemas de classificação, como: CDD, CDU, ColonClassification entre outros. Vejamos alguns aspectos das linguagens pré e pós-coordenadas:

Pré-Coordenadas

- Funcionam melhor em sistemas tradicionais como as fichas catalográficas;
- É mais precisa e evita falsas associações, minimizando os erros;
- É subjetiva e determina uma prioridade a partir da importância do termo para o usuário em sua busca;
- É praticamente impossível fazer uma combinação entre os termos, pois são listados em uma determinada seqüência. Somente o primeiro elemento citado é recuperado tendo maior precisão;
- Dificuldade na representação dos diferentes sentidos do termo e das suas relações entre si;
- Uma opção seria o uso de remissivas e referências, “entradas múltiplas”, mas isso encarece muito o sistema tornando inviável;
- Por exemplos: *Cabeçalhos de Assunto, CDD e CDU*

Pós-Coordenadas

- São eficientes em sistemas automatizados;
- Os conceitos são combinados no momento da busca e de qualquer maneira dependendo da necessidade do usuário, do termo mais geral ou específico;
- Todo termo atribuído tem um peso igual no momento da busca;
- Permite uma maior revocação, porém baixa precisão;

- Como a associação de termos é somente na saída, podendo obter associações falsas e incorretas;
- Para auxiliar na busca é utilizada algumas ferramentas como a lógica booleana: and, or, not
- Por exemplos: *Tesauro (descritores)*

Após o breve panorama teórico apresentado a respeito das linguagens documentárias, constatamos quão grande é sua importância dentro dos sistemas de classificação. As linguagens documentárias permitiram que o homem pudesse classificar todo a sua volta. Com o auxílio da taxonomia nos sistemas, a recuperação da informação tornou-se muito mais rápida e eficaz. A taxonomia é um ponto a ser discutido no próximo item.

4.2 TAXONOMIA

A taxonomia ou teoria da classificação das ciências naturais, termo que foi adotado pela botânica no século XIX, e de acordo com Campos (2007, p. 3), “a taxonomia ou taxionomia surgiu como Ciência das leis da classificação de formas vivas e, por extensão, ciência das leis da classificação”. Taxonomia é, por definição, classificação, sistemática, dos ambientes, dos sistemas de classificação, das ontologias, na inteligência artificial, e é entendida como classificação de elementos que possui variada natureza.

Dentro deste entendimento como aponta Campos (2007)

As taxonomias atualmente são estruturas classificatórias que têm por finalidade servir de instrumento para a organização e recuperação de informação [...]. Estão sendo vistas como meios de acesso atuando como mapas conceituais dos tópicos explorados em um serviço de recuperação. (CAMPOS, 2007, p.3).

As taxonomias como estruturas classificatórias representam os propósitos de organização intelectual a partir de elementos da linguagem. Observamos que algumas taxonomias são diferentes dependendo do tipo de organização e de informações que pretendem representar, Campos (2007) demonstra em seus estudos três tipos distintos de taxonomias, que são:

- a) taxonomia canônica, classificação binária (dicotômica), de unidades sistemáticas (família, gênero, espécie);
- b) taxonomia de domínio;
- c) taxonomia de processos e tarefas gerenciais.

A autora destaca ainda a diferença entre a primeira taxonomia (canônica), e as seguintes afirmando que:

As duas últimas caracterizam-se por serem policotônicas, ou seja, a partir de um domínio ou tarefa várias divisões são possíveis. Por sua complexidade, requerem um primeiro recorte por categorias e no interior destas várias divisões e subdivisões são possíveis em cada passo de divisão. (CAMPOS, 2007, p. 4).

Analizando o estudo de Campos e Gomes no tocante a taxonomia, podemos perceber uma diferenciação dos princípios classificatórios dicotômicos e policotômico. Ao lembrarmo-nos da árvore de Porfírio e sua dicotomia, Ranganathan e sua ideia de árvore banianapolicotônica, ficando evidenciado na afirmativa de Campos (2007), ao dizer que:

A taxonomia com princípio classificatório policotômico, independente da área de conhecimento seja disciplinar ou multidisciplinar, possibilita uma organização que representa classes de conceitos com um princípio de divisão (coisas e seus tipos, processos e seus tipos...), não priorizando nenhum dos aspectos [...]. (CAMPOS, 2007, p. 5).

Dentro deste contexto, segundo Campos (2007, p. 10) que assegura assim que “as Taxonomias têm por finalidade servir de mapa navegacional para uma dada tipologia de documentos/informação, e necessitam de uma estrutura classificatória que expresse a natureza dos documentos agregados”.

No interior de cada categoria os conceitos devem ser organizados em classes. As classes de conceitos nas taxonomias são de dois tipos, a saber: cadeias e renques, que veremos posteriormente no item 5 que tratará dos sistemas de classificação.

5 SISTEMAS DE CLASSIFCAÇÃO

A classificação é algo que compõem a natureza humana, ela está a nossa volta o tempo todo. Por muitas vezes devido ao nosso ativismo, não percebemos as classificações, mas elas estão nas seções de roupas, calçados, em lojas de caros, arquivos, bibliotecas etc. conforme Abbagnano (2007, p. 172) é uma “operação de repartir um conjunto de objetos (quaisquer que sejam) em classes coordenadas ou subordinadas, utilizando critérios oportunamente escolhidos”.

Vale destacar que a classificação está relacionada à sistematização das ciências, pois a partir da criação das disciplinas científicas que foram apresentados os inúmeros métodos de classificação. O exemplo, as classificações bibliográficas, por serem esquemas constituídos por códigos numéricos ou alfanuméricos, controlados e estruturados, e que representam conceitos.

As classificações bibliográficas representam a informação por conteúdos, com vista à organização do conhecimento em grandes quadros epistemológicos, bem como à sua recuperação.

As classificações podem ser filosóficas e bibliográficas, isso de acordo com suas finalidades. As classificações filosóficas foram criadas pelos filósofos com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, tendo suas atenções voltadas para ordem das ciências ou a ordem das coisas.

Já as classificações bibliográficas, segundo Piedade (1983, p. 60) “são sistemas destinados a servir de base à organização de documentos nas estantes, em catálogos, em bibliografias etc.”.

Observamos que as classificações podem ser ainda, classificações gerais e classificações especializadas, conforme afirma Piedade (1983):

As classificações gerais apresentam a ordenação de todo o conhecimento humano e as especializadas ocupam-se de um ramo deste conhecimento. As classificações gerais podem ser filosóficas, como as de Bacon, Comte, etc., ou bibliográficas como aquelas de Dewey, Bliss, Cutter, Ranganathanetc. (PIEDEADE, 1983, p.60).

Quando nos deparamos com os vários sistemas de classificação, temos uma dimensão do trabalho realizado por vários pensadores ao longo da história. Grande foram suas contribuições dadas por eles, tornando assim, o mundo mais acessível para todos nós. Portanto, ao mencionarmos os sistemas de classificação mais

utilizados, como: CDD CDU e ColonClassification. Abordaremos em seguida um pouco de cada sistema, não com a intenção de esgotar todos os seus pontos, mas para obtermos uma noção do trabalho constituído por esses homens.

5.1 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY – CDD

Um dos sistemas de classificação mais conhecido no mundo, foi elaborado em 1876, pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, baseado na classificação das ciências de bacon. Diferente dos sistemas de classificação filosófico que apenas preocupavam-se com a hierarquia do conhecimento e com a ordem da ciência e das coisas, a classificação decimal de Dewey (CDD), segundo a literatura relata que foi o primeiro sistema de classificação bibliográfica, utilizado de maneira sistemática, como meio para organizar os documentos.

Para Dewey, conforme ressalta Piedade (1983) “Dewey admitiu que o conhecimento humano fosse representado pela unidade e o dividiu em 9 grandes classes, como se fossem 9 bibliotecas especializadas, cada qual representando um décimo da unidade” (PIEDADE, 1983, p. 93). No processo de tratamento dos assuntos que é sem dúvida a base da CDD, e que consiste na divisão do conhecimento humano em dez classes principais, sendo elas:

000 – Generalidades

100 – Filosofia e disciplinas relacionadas

200 – Religião

300 – Ciências Sociais

400 – Línguas

500 – Ciências Puras

600 – Ciências aplicadas (tecnologias)

700 – Artes, Recreação e Artes Cênicas

800 – Literatura

900 – Geografia, Biografia e História

As classes são divididas de acordo com a CDD, do mais geral ao específico, com a escolha de números decimais para suas categorias permite que o sistema seja, ao mesmo tempo, puramente numérico e hierárquico.

As classes principais possuem dez divisões e cada divisão dez seções. Estas divisões são crescentes, e conforme o desenvolvimento e especializações das ciências do conhecimento. Os respectivos assuntos são representados por um símbolo, chamado *notação* que em sua composição encontramos algarismos arábicos. Sendo assim, estas unidades existem enquanto unidades, tendo relação com outras classes do sistema.

Em seus estudos Dewey sobre a classificação do conhecimento, teve como aporte Aristóteles, Bacon, Locke e outros filósofos. Outro ponto em destaque no campo da Biblioteconomia foi sem dúvida, a fundação e participação na American Library Association (A.L.A), sendo ele o sócio nº 1.

Mas Dewey não foi o primeiro a dividir os livros de uma biblioteca por assunto, mas foi o primeiro a atribuir símbolos para classificação. Não é atribuído a Dewey o emprego de números decimais em uma biblioteca, ficando reservado a Lacroixdu Maine, pois, de acordo com Piedade (1983),

Lacroixdu Maine já os havia utilizado em 1583, na organização da biblioteca de Henrique II, rei da França, mas a ideia de Maine era criar uma biblioteca de 10000 volumes, conservados em 100 estantes, contendo 100 livros cada. (PIEDADE, 1983, p. 87)

Entendemos que a notação decimal possui relações entre elas permitindo ao sistema uma estrutura dinâmica para a organização do acervo bibliográfico. A Classificação Decimal de Dewey – CDD possui um índice desde a sua criação, e de acordo com Piedade (1983):

O índice relativo, anexado por Dewey em seu sistema de classificação, também foi uma inovação, pois não constava dos sistemas existentes na época. Parece mesmo que Dewey inicialmente deu uma importância muito grande ao índice, considerando que, através dele, qualquer pessoa seria capaz de classificar. (PIEDADE, 1983, p.88).

Observamos neste contexto sua grande atuação como bem destaca Piedade (1983, p. 89) que “em 1883 aceitou o emprego de bibliotecário-chefe do Columbia College, hoje Universidade de Columbia, na cidade de Nova York, onde foi criado em 1887 o primeiro curso de Biblioteconomia”.

Inicialmente a CDD continha uma única tabela auxiliar, mas devido as suas atualizações, passou a ter 7 tabelas auxiliares, sendo elas:

Tabela 1. Subdivisões standard

Tabela 2. Áreas

Tabela 3. Subdivisões para literaturas individuais

Tabela 4. Subdivisões para línguas individuais

Tabela 5. Grupos raciais, étnicos, nacionais

Tabela 6. Línguas

Tabela 7. Pessoas

Contudo percebemos aqui as contribuições de Dewey para organização do conhecimento. A Classificação Decimal de Dewey CDD permitiu alguns avanços do conhecimento em várias áreas, em especial na Biblioteconomia, com a criação do curso em 1887 proporcionando a formação de novos bibliotecários.

5.2 CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL - CDU

O sistema de classificação criado por Dewey continuou e continua influenciando a forma de organização do conhecimento até hoje. Ao observamos a Classificação Decimal Universal – CDU, encontramos fortes características da CDD

A CDU teve sua origem, no final do século XIX, resultado trabalho árduo realizado pelos bibliográficos belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine que, em 1892,

compilaram a Bibliografia Internacional que trata das Ciências Sociais. De acordo com Silva (1994, p. 4) a CDU, "como qualquer sistema, constitui-se de uma estrutura de pares intimamente relacionadas, com funções específicas dentro do todo, contribuindo e interagindo cada uma delas para o objetivo do conjunto".

A estrutura geral do sistema de classificação apresenta alguma característica semelhante as da CDD, porém com algumas ressalvas. Por utilizar outros símbolos, a CDU apresenta-se um pouco mais flexiva em relação a CDD, mas, como nomos princípios básicos empregam as dez categorias são elas:

- 0 — Generalidades
- 1 — Filosofia
- 2 — Religião
- 3 — Ciências Sociais
- 4 — Vaga
- 5 — Ciências Puras
- 6 — Ciências Aplicadas
- 7 — Belas Artes
- 8 — Linguística e Literatura
- 9 — Geografia, Biografia e Historia

Como as subdivisões dessas classes, são, em grande maioria, idênticas as de Dewey, já expostas no item 5.1, não serão aqui reproduzidas. Conforme aponta Silva (1994, p. 11) "são essas dez classe e suas subdivisões hierárquicas que constituem a espinha dorsal do sistema e que respondem por seu caráter aparentemente monolítico, rígido e inflexível".

A notação da CDU apresenta o máximo de flexibilidade e é considerada mista, consistindo de números, letras e sinais.

Para quebrar as extensões dos números e facilitar sua leitura — pois eles são lidos como decimais e não como números inteiros — o sistema adotou o emprego do ponto decimal, de três em três algarismos. (BARBOSA, 1969, p. 393).

A CDU utiliza os símbolos para compor as notações das tabelas auxiliares e proporcionar a formação de números compostos e complexos que veremos a seguir:

+	Adição
/	Barra oblíqua
:	Dois pontos
::	Dois pontos duplos
[]	Colchetes
=	Igual
(0...)	Parênteses zero
(1/9)	Parênteses um barra nove
(=...)	Parênteses igual
“...”	Aspas
*	Asterisco
A/Z	A barra Z (ou extensão alfabética)
.00	Ponto zero zero
- 03 e -05	Hífen zero três e hífen zero cinco
-1/9	Hífen um a hífen nove
.0	Ponto zero
‘	Apóstrofo
...1/...9	Reticências um barra reticências nove

Existem cinco tabelas de conceitos recorrentes gerais, que podem ser usadas tanto isoladamente, se for o caso, como para qualificar conceitos:

Tabelas Símbolos

Auxiliares comuns de língua	=
Auxiliares comuns de forma	(0...)
Auxiliares comuns de lugar	(1/9)
Auxiliares comuns de raça e nacionalidade	(=...)
Auxiliares comuns de tempo	“...”

Esses foram, portanto, alguns pontos que diferem os sistemas da classificação bibliográficas CDD e CDU, ambos com similaridades que se convergem e diferenças as quais os distanciam. Mas com o mesmo propósito, o de organizar o conhecimento produzido.

5.3 COLON CLASSIFICATION

ShiyaliRamaritaRanganathan nasceu em 1892, na cidade de Shiyali, e morreu em 1972, em Bangalore, Índia. Obteve o grau de mestre em Matemática, e posteriormente foi nomeado bibliotecário da Madras University Library.

Ao estudar os sistemas de classificação, a Classificação Decimal de Dewey CDD e Classificação Decimal Universal CDU, Ranganathan decidiu criar um novo sistema de classificação bibliográfica, uma classificação analítico-sintética. O mesmo escreveu cerca de 50 livros e 1500 artigos sobre a Biblioteconomia. De acordo com Piedade (1983) Ranganathan:

[...] criou uma terminologia nova para classificação bibliográfica, que vem sendo largamente empregada, formulou o “princípio da oitava”, empregado em alguns pontos da Classificação Decimal Universal, sugeriu o processo de compilação de índice para sistemas de classificação, denominado índice de cadeia, muito em voga atualmente, e foi o primeiro autor a empregar sistematicamente a análise em facetas em sistemas de classificação, que deu origem às classificações modernas. (PIEDEADE, 1983, p. 193).

Na estrutura e notação da ColonClassification ou Classificação de Dois Pontos, notamos uma característica singular, a de ser mista. Em sua classificação Ranganathan, utilizava algarismos arábicos, letras minúsculas e maiúsculas, letras gregas e sinais gráficos, somando cerca de 70 caracteres. Os sinais gráficos empregados nos símbolos de classificação, sendo: ponto, vírgula, dois pontos, ponto e vírgula, parênteses, hífen, e vírgula invertida ou apóstrofo.

Para Ranganathan de acordo com Piedade (1983) “o conhecimento humano está dividido em 41 classes principais (main classes), representadas em texto de lei de sua autoria”. Com base nos estudos de Ranganathan Piedade afirma que:

“as classes principais e as classes canônicas são subdividida em facetas, agrupando assuntos que tem o mesmo tipo de relacionamento entre si e com classe principal. Cada faceta é constituída pelo o número necessário de subdivisões, denominada, cada acompanhada por algarismo arábico decimais, constituindo seus símbolos de classificação” (PIEDEADE, 1983, p. 196).

As facetas são consideradas como sendo manifestações de uma das cinco categorias fundamentais, o PMEST. Todas as categorias fundamentais que são chamadas facetas são representadas entre colchetes e pelas as siglas:

[P] Personalidade

[M] Matéria

[E] Energia

[E] Espaço

[T] Tempo

Suas observações, analyses e, acima de tudo, a vontade contribuir com uma base científica para a Biblioteconomia foram alguns dos principais fatores do sucesso de sua teoria. De acordo com Piedade (1983),

[...] Ranganathan planejou que sua classificação, a partir da 6a edição, passasse a aparecer em duas versões: a primeira, dita Basic Classification, menos detalhada, destinada a classificação de macro thought (macro pensamento), isto é, assuntos encontrados nos livros de bibliotecas gerais, escolares e universitárias; a segunda, chamada DepthClassification, mais detalhada, destinada a classificação de micro thought (micro pensamento), apresentado especialmente em artigos de periódicos [...]. (PIEDADE, 1983, p. 194)

Ao observar o legado deixado por Ranganathan para nós bibliotecários é extremamente significativo, pois, seu sistema de classificação permitiu uma nova forma para classificar o conhecimento. A forma como ele entendia e relacionava o mundo possibilitou uma releitura dos sistemas mais usados no momento, CDD e CDU, permitindo um novo olhar para a Biblioteconomia.

6 BIBLIOTECONOMIA

As bibliotecas surgiram antes dos livros e até aos manuscritos, relatos indicam que as bibliotecas da antiguidade preservavam acervos consideráveis a sua época. Mencionam-se algumas diferenças entre elas, conforme descreve Martins (2001, p. 71) “as bibliotecas “minerais”, compostas de tabletes de argila, e as bibliotecas “vegetais” e “animais”, constituídas de rolos de papiro ou de pergaminho, [...] os grandes depósito de volumes da Idade Média [...]”.

Algumas bibliotecas da antiguidade tiveram papel de destaque, como a famosa biblioteca de Alexandria e seus inúmeros volumes, a de Pérgamo, que chegou a conter cerca de duzentos mil volumes, a biblioteca de Gaza, as bibliotecas da Mesopotâmia e a de Nínive, uma das mais conhecidas por conter vários tabletes de argila com obras das mais variadas.

A necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos produzidos, desde o início da escrita até a modernidade, levou as bibliotecas a desenvolverem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de conter um caráter técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e procedimentos, envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se apresentaram como a base da futura disciplina Biblioteconomia.

O significado etimológico da palavra Biblioteconomia é composto por três elementos gregos: *biblion*, (livro); *théke* (caixa); *nomos* (regra) aos quais se adicionou o sufixo *ia*. Etimologicamente, portanto, “biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios” (FONSECA, 2007, p. 1).

A Biblioteconomia moderna traz consigo algumas características advindas dos escritos de Gabriel Naudé (1600-1653), conceituando a biblioteca tal como a conhecemos hoje, e trazendo a ideia de ordem bibliográfica. Conforme destaca Silva (2013) a respeito das diretrizes da Biblioteconomia e suas teorias que foram levantadas por vários estudiosos;

[...] no século XIX, Martin Schrettinger, na obra *Bibliotek-Wissenschaft* (1809-1829), definiu o que à época poderia ser denominada Biblioteconomia como o resumo de todas as diretrizes teóricas necessárias para a organização intencional de uma biblioteca, indicando que o foco da Biblioteconomia é assegurar o

acesso rápido e certo aos documentos na biblioteca. (SILVA, 2013, p.119).

Contudo o termo Biblioteconomia foi usado pela primeira vez somente em 1839, pelo livreiro e bibliográfico Léopold-Auguste-Constantin Hesse. É a partir do século XIX que efetivamente as técnicas e práticas dos bibliotecários começam a ser sistematizadas (ORTEGA, 2004).

Dentro das diretrizes apontadas ao longo dos capítulos anteriores, observamos pontos relevantes da episterme da Biblioteconomia. Os vários sistemas de classificação bibliográfica, juntamente com os princípios e as leis propostas por seus estudiosos denotam uma científicidade na Biblioteconomia. Neste contexto Souza ressalta “nenhuma ciência sobrevive, portanto, sem um corpo de teorias e princípios; eles constituem o próprio sustentáculo da profissão, a sobrevivência e o progresso da própria ciência” (SOUZA, 1986, p. 189).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que, à busca do homem pela compreensão dos acontecimentos a sua volta, sua tentativa de estabelecer uma ordem a partir de ações cognitivas e empíricas, lhe proporcionou meios para ordenamento da realidade em que está inserido. Partindo do senso comum até chegar ao pensamento científico, buscou-se entender a realidade através da razão e não mais pelos mitos.

Ao propor as dez categorias, Aristóteles sistematiza o conhecimento de tal maneira que acaba influenciando outros pensadores ao longo da história. Na ISAGOGÉ, Porfírio reinterpreta a obra aristotélica seguindo os seus princípios, mas com uma abordagem diferente. Relacionando os predicados e por fim apresentando um esquema que ficou conhecido com a árvore, de Porfirio, onde ele relaciona os predicados aristotélicos de forma dicotômica.

Francis bacon dividiu o conhecimento em duas categorias; conhecimento divino e conhecimento humano. Com seu método de tabuas de investigação, bacon deu uma nova conotação com o método indutivo. Seus conceitos e métodos influenciaram outros nomes da teoria da classificação a exemplo de Dewey.

Melvil Dewey é outro nome que figura no meio dos grandes da Teoria da Classificação, a Classificação Decimal de Dewey – CDD partiu do desejo de ordenar o conhecimento. A CDU tendo como aporte a CDD, trouxe em sua organização outros elementos tornando-se mais flexível em relação a CDD que utiliza um ponto.

Ainda no âmbito da teoria da classificação, um pensador que deu contribuições significantes foi sem dúvida Ranganathan com seu sistema de classificação facetada, o método Ranganathiano possui uma maior flexibilidade em relação aos anteriores por ser um método analítico/sintético.

A linguagem documentaria é o elemento fundamental para a operacionalização do sistema. As linguagens são pré-coordenadas e pós-coordenadas. Mas vejamos os pontos de convergências e divergência a partir da observação dos conceitos levantados pelos teóricos:

Platão apontou quatro degraus do conhecimento: crença, opinião, raciocínio e a intuição intelectual;

Aristóteles destacou seis degraus do conhecimento: conhecimento, sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio, intelectual;

Aristóteles estabelece dez categorias com cinco predicados:

<u>Categorias:</u>	<u>Predicados:</u>
Sustância	Posição
Quantidade	Posse
Qualidade	Ação
Relação	Paixão
Lugar	Acidente
Tempo	

PORFIRIO apresenta as cinco vozes:

Gênero
Espécie
Diferença
Propriedade
Acidente

BACON divide o conhecimento em duas categorias, e seu método em três tabuas de investigação.

conhecimento divino e o *conhecimento humano*.

DEWEY – CDD Dez Classes um ponto. **CDU** Dez Classes e 18 Símbolos

000	0
100	1
200	2

300	3
400	4
500	5
600	6
700	7
800	8
900	9

RANGANATHANColonClassification – contém 70 símbolos

Cinco categorias - PMEST

Cinco Leis da Biblioteconomia

Princípio da oitava

Vinte Cânones

Oito Princípios

Percebemos a similaridade em algumas teorias levantadas, encontramos elementos e estruturas muito próximas umas das outras, exemplo: as dez categorias de Aristóteles com as dez classes da CDD e CDU. Os cinco predicados aristotélicos, com as cinco vozes de Porfirio, a PMEST Rangananthiana. Portanto, encontramos na Biblioteconomia uma fundamentação teórica e epistemológica que permite observá-la como uma ciência em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Literatura popular de cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica**. 2011. 314 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ARAÚJO, C. A. V. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/23412>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

AZEVÊDO, E. A. de. **Filosofia, linguagem e comunicação**: dois estudos. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007. 148p.

BACON, francis. **NovumOrganum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 3. ed. São Paulo: Cultura, 1984. 272p.

BOCCATO, V.R.C. **A linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários**. In: FUJITA, M.S.L. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.119-135. Disponível em: <<http://www.culturaacademica.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BODÊ, E. C.; SOUSA, R. T. B. Preservação digital, recuperação da informação e linguagem. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/17905>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CAIXETA, M. L. C.; SOUZA, R. R. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, v. 13, n. 2, p. 34-55, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6010>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CAMPOS, A. R. T. A teoria das classificações analítico-sintéticas, ou facetadas, e a sua influência sobre a reforma da classificação decimal universal (cdu). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 1, p. 23-36, 1975. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8645>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CAMPOS, A. R. T. Introdução à teoria da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 85-86, 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/8677>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. **DataGramazero**, v. 6, n. 6, 2005. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/v/a/3572>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramazero**, v. 9, n. 4, p. 00, 2008. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/v/a/7750>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo, Editora Ática, 1997.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Porto Alegre: L&PM, 2010. 128 p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 2007.

FRANCELIN, M. M. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 26-34, 2004. Disponível em: <<http://www.brappci.ufpr.br/brapci/v/a/3039>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7.ed. Coimbra: Livraria Martins Fontes, 1979. 206 p.

JUVÊNCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da biblioteca nacional e outras ações. **Informação**

&Informação, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/v/a/17750>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977, 2006. 120 p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática S.A., 2001. 519 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 350 p.

MOSTAFA, Solange Puntel. Epistemologia da Biblioteconomia. 1985. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. **Organização da Informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 141p.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. A03, 2004. Disponível em: <<http://www.brappci.ufpr.br/brappci/v/a/2048>>. Acesso em: 24 Out. 2017.

PIEDEADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

PORFIRIO DE TIRO. Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles. Introdução, tradução e comentário de Bento Silva Santos. São Paulo: Attar,POZZATTI, V. R. R. O. et al. Mundaneum: o trabalho visionário de Paul Otlet e Henri La Fontaine mundaneum: the paul otletand henry lafontaineworkviosionary. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brappci.inf.br/v/a/16025>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Biblioteconomia: gênese, histórica e fundamentos. 2013. Disponível em: <**revista brasileira de biblioteconomia e documentação RBBD**>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIM, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, c1994. 89p.

SIMOES, M. G. A. M.; FREITAS, M. C. V. A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 1, p. 81-115, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/13441>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SIQUEIRA, J. S. C. O conceito classificação: uma abordagem histórica e epistemológica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 6, n. 1, p. 37-49, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/10907>>. Acesso em: 01 Nov. 2017.

SOUZA, S. O. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 2, p. 189-196, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8281>>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da cdd e da cdu. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 112-130, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19467>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TÁLAMO, M. F. G. M. **Linguagem Documentária**. São Paulo: APB - Associação Paulista de Bibliotecários, v. 1. 25 p. 9-12, 1997.

TÁLAMO, M. F. T. G. A. M.; NUNES, L. Da filosofia da classificação a classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 30-48, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/7431>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. C. B. Classificação: uma operação inerente às linguagens documentárias?. **DataGramZero**, v. 16, n. 3, p. A04, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/18897>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

WANDERLEY, M. A. Linguagem documentária: acesso a informação. aspectos do problema. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, p. 175-217, 1973. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/555>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

XAVIER, Manassés Morais; AZEVÉDO, Arão de. Sociedade da Informação: um olhar funcional sobre a sociedade adjetivada de tecnológica. **Biblioteca on-line de**

ciências da comunicação, João Pessoa (PB): Universidade Estadual da Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1643>. Acesso em: 12 nov. 2017.